

PAIOLIM MUSEOLÓGICO DO EXÉRCITO – Museu da Liga dos Combatentes

Guião Expositivo de Abílio Lousada, com colaboração de Frederico Pereira

Inaugurado a 05 de Fevereiro de 2025, o Paiolim do Exército, instalado no Museu do Combatente, no Forte do Bom sucesso, foi renovado através de uma equipa coordenada pela Direcção de História e Cultura Militar do Exército.

Aos visitantes abre-se uma apelativa caminhada visual e explicativa pela História de Portugal através da senda do seu Exército!



Museu do Combatente – Forte do Bom Sucesso, Lisboa. Fotos Autor.



1. O EXÉRCITO NA HISTÓRIA DE PORTUGAL

Com 900 anos de História e edificado pela Cruz e pela Espada, Portugal teve no Exército a fundamentação estratégica da sua soberania, o Mundo Português assentou no feito de armas do Portugal militar e os grandes momentos e as balizas cronológicas da História Pátria têm gravado o selo da Instituição Militar.

O Exército representa um passado comum, que nos permite compreender quem somos e nos dá a agradável sensação de folhear um «velho



Modelo de Visualização a partir da entrada. Foto Autor.

álbum de família». Álbum diversificado e valioso que discorre à nossa frente chefes militares e soldados, aquartelamentos e estandartes, armamento e equipamento, marchas, ordens de batalha e campanhas militares. Mas também missões de apoio às populações, de manutenção da paz ou de garantia dos direitos humanos.

Esta é a sua e a nossa História: de Portugal e do Exército dos Portugueses. História reconhecida e aumentada todos os dias.



Friso Cronológico. DHCM/Exército Português.

2. DA FUNDAÇÃO DE PORTUGAL

Um território que se define, um príncipe que os representa e um exército que é baluarte. É uma Nação que nasce e um Reino que se afirma.

“*Defender a Terra e Acrescentá-la*”, «conceito estratégico Afonsino» desenhado num ambiente de guerra permanente e fronteiras flutuantes: A Norte e a Leste, defender a Terra face ao reino de Leão, com a colaboração da nobreza de Entre Douro e Minho; acrescentá-la para Sul do Mondego, impondo a retração dos domínios islâmicos, operacionalizada por infanções e cavaleiros, vilãos dos concelhos e os Templários. Do rio Mondego ao Tejo, do Tejo ao Guadiana, ao longo do século XII o território português foi-se definindo.

D. Afonso Henriques, Fundador da Pátria e Patrono do Exército, é reconhecido *Rex Portucalensium* por Afonso VII de Leão em Zamora (1143) e Portugal como sujeito de jure da *Respublica Christiana* pela bula papal *Manifestis Probatum* (1179).

Episódios relevantes

† São Mamede 24 de junho de 1128

A “*Primeira Tarde Portuguesa*”, ou a comunidade portugalense a impor-se pelas armas em Guimarães: a condessa D. Teresa é afastada da governação, a influência da Galiza através da família dos Trava fica anulada e o príncipe D. Afonso Henriques é colocado à frente dos destinos da terra.

† Ourique 25 de julho de 1139

A Sul, no Dia de São Tiago ‘Mata-mouros’, a hoste portuguesa, sob o comando de D. Afonso Henriques, travou uma batalha contra os mouros do rei Esmar, de que resultou um feito épico a ecoar pelos tempos. Gravado no Escudo das Armas Nacionais!

† Lisboa: 24 de outubro de 1147

No seguimento da Tomada de Santarém, o cerco e conquista de Lisboa aos mouros resulta da tenacidade de Afonso Henriques em garantir a pérola ribeirinha do al-Andaluz. Para o efeito, congregou sob o seu comando mesnadas portuguesas e cruzados ingleses, normandos, germanos e flamengos. Um século decorrido, Lisboa é assumida capital de Portugal.

3. BAIXA IDADE MÉDIA



Dispositivo central, com maquetes em armadura medieval e fardamento contemporâneo. Foto Abílio Lousada.

É o tempo dos castelos, das catedrais e da centralização do poder régio. É também a época da emergência do povo e da ascensão da burguesia. E é ainda uma fase de guerras dinásticas e da definição de fronteiras, da supremacia da cavalaria, da emergência do homem apeado e do início da utilização da pólvora nos campos de batalha. Como o é a procura de ‘novos mundos’ que só o mar podia conceder!

Decorrente do Tratado de Alcañices, celebrado em 1297 por D. Dinis de Portugal e Fernando IV de Castela, Portugal afirma-se o mais antigo Estado-Nação da Europa. Com limites fronteiriços definidos ‘polvilhados’ por fortificações, uma dinastia consolidada, uma sociedade padronizada e um Exército mestre do seu ofício.

Episódios relevantes

† Reino de Portugal e dos Algarves

Serpa, Beja, Aljustrel, Mértola, Cacela, Alvor, Tavira e Paderne, ou as sustentadas campanhas militares travadas do Alentejo ao Algarve. Desenvolvidas pelos exércitos de D. Sancho II e de D. Afonso III, nas décadas de 1230-40, destacou-se a Ordem de Santiago e o comando do Mestre Paio Peres Correia. Em 1249, os limites de Portugal estão fixados, em detrimento da ambição de Castela e da presença islâmica.

† Aljubarrota 14 de agosto de 1385

O “*homem de pé terra*” vence os *milites* na rainha das batalhas do Exército português. “*Que os muitos por serem poucos não temamos*”, ou quando a determinação guerreira de um povo, a argúcia tática do Condestável D. Nuno Álvares Pereira e a ponderação estratégica do Rei D. João I marcou militarmente no planalto de São Jorge a individualidade portuguesa contra a ambição de unicidade peninsular castelhana. Doravante, a fronteira peninsular passa de agressão a equilíbrio.

† Ceuta 21 de agosto de 1415

Encravado por Castela, Portugal é um ator afastado da civilização além-Pirenéus. E, como “*para além da terra só o mar*”, o primeiro lanço foi a conquista de Ceuta. D. João I, D. Nuno Álvares Pereira e a Ínclita Geração fazem da praça do Norte de África a Pia batismal da Expansão Portuguesa, feitoria comercial e escola de guerra.

4. DA EXPANSÃO AO ANTIGO REGIME

Foram os “*mares nunca dantes navegados*”, decorrentes da estratégia de João II “*conter Castela em terra e batê-la no mar*” que se fez a Expansão e definiu a universalidade portuguesa. Projetando poder do mar para terra e edificando o Império do Oriente e o ‘Brasílico’ no Atlântico Sul, Portugal diversificou as fronteiras e o Exército venceu a concepção de que é o soldado que ocupa o terreno.

Decorrente do desastre de Alcácer-Quibir, Portugal ‘mergulha’ na Monarquia Dual Hispânica durante 60 anos, sob a dinastia dos Filipes (1581-1640). Reassume o seu destino no 1.º de dezembro de 1640, seguindo-se a guerra pela restauração da Dinastia aclamada. Guerra que abriu Portugal à modernidade da Europa militar, visível nos conflitos internacionais em que foi beligerante: Guerra da Sucessão de

Espanha (1701-1713), Guerra dos Sete Anos (1756-1763) e Guerra Peninsular (1801-1813).

Episódios relevantes

† Guerra da Restauração

Após a Aclamação de D. João IV como rei de Portugal, seguiram-se 27 anos de guerra, escrevendo-se uma das mais brilhantes páginas militares da História. No Brasil, o Exército, com apoio das populações residentes, cobriu-se de glória nas batalhas de Guararapes (1648-49) contra as Províncias Unidas. Na metrópole, o moderno conceito militar francês permitiu a notáveis cabos-de-guerra como Sanches Manuel e António Luís de Menezes levar de vencida a Espanha nas decisivas vitórias de Ameixial (1663) e Montes Claros (1665).

† O Exército no Período do Absolutismo

No século XVIII, as guerras europeias são limitadas no tempo e no espaço, prevalecendo a preservação da força e a manobra em detrimento das batalhas decisivas. É o período em que se assumem os Exércitos permanentes, em tempo de paz e de guerra, enquanto instituição tutelar do Estado. Um Exército regimental aquartelado, armado, equipado, fardado e pago pelo erário régio. Uma realidade verificável em Portugal com a presença do Marechal-general prussiano Conde Schaumburg-Lippe durante o contexto da denominada “*Guerra Fantástica*” de 1762. A regulamentação doutrinária no âmbito da tática, da administração e da logística tornaram o Exército Português um corpo organizado, disciplinado e eficiente.

† Invasões Francesas

Entre 1807 e 1810, Portugal foi invadido três vezes pelos exércitos napoleónicos. Em 1808, o levantamento em armas das populações, “*nervo defensivo da Pátria*”, anulou nove meses de ocupação por Junot, contando com o derradeiro contributo britânico. Em 1809, são as milícias regimentais nacionais e a guerra irregular, desenhadas por comandantes como Francisco da Silveira ou Bernardim Freire de Andrade, que combatem o exército de Soult, ficando memoráveis a defesa do Minho e o combate da Ponte de Amarante. Em 1810, com o Exército Português organizado pelo general inglês Car Beresford, a invasão de Massena foi debelada pelo Exército Aliado Luso-Inglês, comandado por Lord Wellington, sobressaindo a importante vitória na

Batalha do Buçaco e a barragem dos franceses nas Linhas de Torres, destacando-se as unidades de Caçadores.

5. PORTUGAL CONSTITUCIONAL



Da Guerra peninsular à entrada de Portugal na Grande Guerra. Foto autor.

Instituição de referência, o Exército está na linha da frente na implementação do Liberalismo (1820), da Monarquia Constitucional (1822) e na transição da Monarquia para a República (1910). África é então o novo dever imperial, marcando-se diplomaticamente os territórios e ocupando-os e defendendo-os pela força das armas, em dois momentos concretos: Campanhas de imposição de soberania de finais do século XIX – tempo dos “*Centuriões*”; ações militares defensivas no contexto da 1.^a Guerra Mundial. No teatro europeu desta Grande Guerra, marcada pelas trincheiras e a supremacia do fogo de artilharia e da metralhadora face ao movimento, o Exército foi o instrumento útil da política republicana.

No pós 2.^a Guerra Mundial, em que Portugal garantiu a neutralidade, torna-se membro-fundador da NATO (1949), membro das Nações Unidas (1955) e é obrigado a combater pela preservação dos domínios africanos, decorrente das descolonizações e emancipação dos povos.

Episódios relevantes

† Campanhas de Pacificação Africanas

Foi sobretudo através do Exército que Portugal marcou no terreno as fronteiras da África discutidas na Conferência de Berlim (1884-1885), mediante de campanhas de ocupação e pacificação desenvolvidas entre 1895-1930: nas duras campanhas da Guiné o obreiro foi Teixeira Pinto; em Moçambique, destaque para os memoráveis combates de Marracuene e Chaimite e a glorificação de António Enes e Mouzinho de Albuquerque; em Angola, Alves Roçadas e João de Almeida notabilizaram-se nos Cuamatos e nos Dembos, respetivamente.

† 1.ª Guerra Mundial

Portugal envolveu-se na 1.ª Guerra Mundial para preservar os territórios africanos e prestigiar internacionalmente a República, implantada em 5 de outubro de 1910. No primeiro caso, entre 1914-1918 projetou para África expedições militares destinadas a combater os alemães no Sul de Angola e no Norte de Moçambique. No segundo, participou na guerra europeia, entre 1917-1918, ao lado dos Aliados franco-britânicos, canalizando cerca de 55.000 efetivos para a Flandres. No inferno de La Lys, a grande batalha travada contra os alemães a 9 de abril de 1918, *“todos deram muito, muitos deram tudo”*, imortalizando-se o soldado ‘Milhões’.

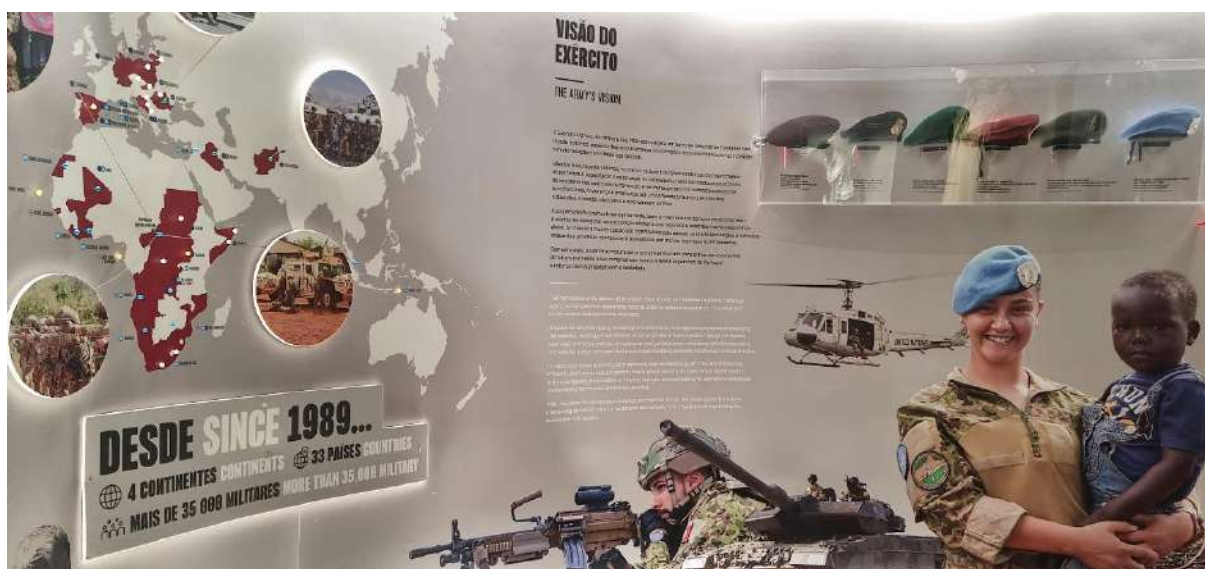
† Guerra do Ultramar

A vaga de descolonizações nas décadas 1950-60 obrigou Portugal a desenvolver uma guerra de contrassubversão nos territórios de Angola, Guiné e Moçambique contra as guerrilhas autóctones e pela segurança das populações. Tratou-se de uma guerra longínqua e geograficamente dispersa, que lavrou de 1961 a 1975. Travada essencialmente em terra, foi sobre o Exército que recaiu o esforço operacional, criando durante 14 anos condições objetivas para que o poder político pudesse atuar livremente e decidir um *day after* estrategicamente coerente.

7. O EXÉRCITO PORTUGUÊS NOS CAMINHOS DA PAZ

As ações de rutura da ordem interna ocorridas a 25 de abril de 1974 e 25 de novembro de 1975, com especial destaque para o protagonismo do Exército, instauraram a Democracia em Portugal e viabilizaram um novo devir no concerto das

nações, com a adesão de Portugal à Comunidade Económica Europeia, hoje União Europeia (UE), em 1986. A partir de meados da década de 1980, impõem-se o aprontamento das forças do Exército para a satisfação de compromissos internacionais definidos pelo Estado, constituindo a Cooperação Técnico-Militar (CTM) e as Forças Nacionais Destacadas (FND a continuação da vocação universalista do País.



O Exército Português promotor da paz pelo mundo. Foto autor.

A CTM com os países de língua oficial portuguesa, dos PALOP a Timor-Leste, percorre um futuro que é presente na convergência política, na intimidade social e na cooperação militar, assente numa perene identidade histórico-cultural.

No âmbito das FND, configurando intervenções desenvolvidas no âmbito da ONU, da NATO e da UE, desde 1993 que o Exército tem projetado forças para países do Centro-Leste europeu (Roménia, Eslováquia, Lituânia), a gelada região dos Balcãs (Bósnia-Herzegovina e Kosovo) e para teatros de operações tão afastados como o tórrido calor africano (Angola, Moçambique, Saara Ocidental e República Centro-Africana), o instável Médio Oriente (Iraque, Líbano), as montanhas do Afeganistão e Timor-Leste. Por essa via, o Exército assume perante o País e a comunidade internacional missões tão nobres como a preservação da paz, a defesa dos direitos humanos ou a consolidação dos valores democráticos.

8. VISÃO DO EXÉRCITO

O Exército Português define a sua visão estratégica em torno de seis pilares fundamentais: legado histórico, potencial humano, liderança, cooperação nacional e internacional, inovação e modernização e prontidão operacional.

Valoriza o seu legado histórico, honrando as suas tradições e reforçando o sentimento de pertença. A capacitação e valorização do potencial humano são destacadas através de investimentos contínuos na formação e no treino, garantindo competências éticas e profissionais. A liderança é promovida por um comando próximo que incentiva a disciplina, a coesão, a iniciativa e o pensamento crítico.

A cooperação é igualmente uma prioridade, tanto a nível nacional como internacional, com o objetivo de assegurar uma utilização eficiente dos recursos e contribuir para a segurança global. A inovação e modernização são incentivadas pela adoção de novas tecnologias e métodos, enquanto a prontidão operacional é assegurada por treinos rigorosos e permanentes.

Com esta visão, o Exército procura estar sempre preparado para enfrentar os desafios do futuro, mantendo o seu compromisso com a defesa e segurança de Portugal e reforçando a sua ligação com a sociedade.